

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O Dia Nacional de Mobilização pelas Emendas Populares na Constituinte levou ontem milhares de pessoas às ruas do centro do Rio, numa passeata que terminou com um show-comício na Cinelândia. Ao contrário de recentes manifestações ocorridas na cidade, o movimento de ontem foi pacífico e reuniu populares e representantes das mais diversas entidades, divididos em alas, de acordo com as emendas que serão apresentadas no Congresso, no dia 5.

A Polícia Militar calculou em 25 mil o número de manifestantes, enquanto os organizadores, mais entusiasmados, falavam em cem mil pessoas. Desde as 16 horas a avenida Rio Branco ficou fechada para a passeata, organizada pelo Plenário Participação Popular na Constituinte. "Esse, sim, é um movimento orquestrado" — gritavam os organizadores, do alto do carro de som que liderava a passeata. Na comissão de frente, uma menina, de cadeira de rodas, representava os deficientes físicos, ao lado de políticos do PDT, PC do B, PT, PMDB e PSB.

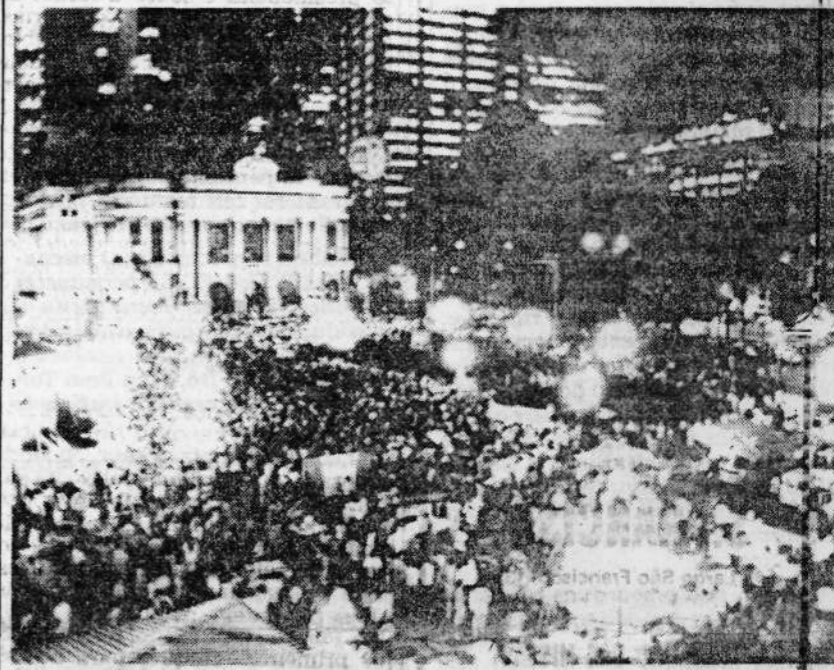
O deputado federal Paulo Ramos, do PMDB, disse que a manifestação poderia ter influência sobre a convenção do partido, que começa hoje em Brasília, podendo decidir o mandato do presidente Sarney. Esse assunto, não ficou de fora da passeata. Centenas de faixas e palavras de ordem pediam diretas-já e "Fora Sarney", "Xô Sarney", "Sarney ladrão", "Pinochet do Maranhão", tam-

bém eram frases gritadas pela multidão.

Houve ainda convocações para uma greve geral no dia 12 de agosto e ameaças: "Ou sai o Sarney ou pára o Brasil." A maior ala da passeata foi a dos professores públicos, em greve há mais de um mês. A irreverência carioca não deixou de lado populares fantasiados de presidente, com um grande bigode, ou de constituinte, com faixa na cintura defendendo as emendas.

No meio da multidão, sozinho, um rapaz de gravata empunhava um cartaz pedindo Brizola na presidência. Militantes da Brizolândia, tentaram puxar uma passeata paralela, provocando a deputada Jandira Feghali, do PC do B, e acusando-a de traidora por ter apoiado a Aliança Democrática. Mas os organizadores conseguiram controlar os brizolistas e estes acabaram por integrar-se à passeata, que tinha representantes de sindicatos rurais de Magé, Itaboraí, associações de moradores e até marinheiros pedindo anistia para os militares.

À noite, a Cinelândia ficou lotada para ver apresentações de grupos de teatro, músicos como Paulinho da Viola e Cláudio Nucci e as atrizes Lúcia Veríssimo, Lucélia Santos e Christiane Torlonie. Espalhadas pela praça, dezenas de barraquinhas colhiam apoio para as emendas. Algumas já ultrapassaram as 30 mil assinaturas necessárias para serem levadas ao Congresso, como a da reforma agrária. Mas a dos direitos das populações indígenas teve pouca repercussão.



A volta da festa das diretas, na Cinelândia, Rio



Para Covas e Cardoso não há acordo à vista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não há acordo à vista em relação à questão do mandato do presidente José Sarney e da forma de governo, a não ser que o próprio chefe do Executivo resolva abrir mão da posição que vem sustentando até hoje, de permanecer por cinco anos no poder, sob o regime presidencialista. Esta, em resumo, é a conclusão a que chegaram os líderes peemedebistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso depois de sucessivas reuniões e discussões com seu vice-líderes e correligionários.

Os dois senadores de São Paulo reuniram-se, ontem à tarde, na residência de Fernando Henrique, com os governadores Waldir Pires, da Bahia, Miguel Arraes, de Pernambuco, e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, dando seqüência à análise dos fatos e questões que serão gerados e examinados pela convenção nacional do partido, que começa hoje, às 9 horas. Segundo Fernando Henrique, não se tratou da questão do mandato.

Apesar disso, ele admitiu que parcela expressiva da bancada peemedebista no Senado concorda com a forma parlamentar de governo e com mandato de cinco anos para o presidente Sarney, o que ele transmitiu prontamente ao deputado Ulysses Guimarães, ouvindo, em resposta, ser desconhecida a opinião do chefe do Executivo sobre a fórmula.

Este, aliás, parece ser o ponto de estrangulamento de qualquer tenta-

tiva de diálogo. Até aqui, o presidente Sarney vem tentando impor um mandato de cinco anos, com a manutenção do regime presidencialista. Ninguém ouviu dele, até agora, qualquer sugestão em favor do parlamentarismo, por isso, a proposta nesse sentido, feita ao senador Mário Covas pelo governador Henrique Santillo foi considerada sem condições de aceitação, já que não tem a concordância expressa do presidente da República.

Mário Covas mostra-se infenso a qualquer tentativa de acordo sobre o assunto, afirmando não haver necessidade de entendimento sobre assuntos que serão decididos pela convenção do PMDB. Ele admite conversar com o presidente Sarney, mas não abrir mão de sua tese em favor dos quatro anos e das eleições diretas em novembro do próximo ano.

Essa também é a posição do senador Fernando Henrique Cardoso, enquanto Ulysses Guimarães prefere ver a questão transferida para a Constituinte. Já o presidente Sarney não manifestou mudança de opinião e é provável que seu amigo, o senador José Richa, submeta-lhe a proposta feita por Henrique Santillo ao senador Mário Covas.

Até o início da noite de ontem, no entanto, quando o presidente da República ainda não havia retornado da Argentina, a convicção entre as principais lideranças peemedebistas era a de que não haverá acordo possível em torno das duas questões, porque cada uma das partes defende posições diametralmente opostas e de forma intransigente.

Quem quer Sarney até março de 89

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Dos 31 constituintes do PMDB de São Paulo apenas doze estão definidos pelo mandato presidencial de quatro anos; com o presidente ficando até março de 89: senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, ex-deputados Robson Marinho, Antônio Perosa, Koyu Iha, Fábio Feldmann, Geraldo Alkmin, João Hermann, Samir Achôa, Doretto Campanari e José Carlos Grecco.

Da representação do PMDB paulista pelo menos 20 parlamentares assinaram requerimento pedindo a não votação do item três da pauta da convenção — sistema de governo e duração de mandato. Pretendem os signatários que as duas questões sejam decididas "soberantemente" pela Assembleia Nacional Constituinte.

O vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Robson Marinho, garantiu que, apesar das pressões de ministros e governadores, a convenção vai optar pelo mandato de quatro anos, recusando a preliminar de transferir a solução aos constituintes.

Respostas para temas polêmicos

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, mandou distribuir a todos os convencionais um caderno de respostas sobre os oito temas mais polêmicos da futura Constituição — reforma agrária, princípios gerais da ordem econômica, empresa nacional, reserva de mercado, capital estrangeiro, questão urbana, ensino público e comunicações — cujo resultado deverá orientar os peemedebistas nas votações.

Em outro documento, o líder oferece aos convencionais informações resumidas sobre as bases programáticas do PMDB, para que eles possam compará-las com os pontos controversos das propostas apresentadas por constituintes do partido. O resultado da consulta, segundo explica Mário Covas, será "fundamental para a conduta da liderança do PMDB na Constituinte". A liderança vai instalar uma mesa no auditório Petrólio Portella para receber o caderno de respostas dos convencionais.

Ulysses vai ao PFL e propõe Carta suscinta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A elaboração de uma Constituição concisa que deixe para a legislação ordinária e complementar alguns temas explosivos e a solidariedade ao Plano Bresser foram os principais temas de reunião, realizada anteontem na casa do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, com os dirigentes do PFL; o ministro Aureliano Chaves; os senadores Marco Maciel e Carlos Chiarelli; e o deputado Inocêncio Oliveira.

Ao final da reunião, que foi de 20h30 à meia-noite, ficou decidido que, logo após a realização da convenção do PMDB, serão multiplicados os encontros dos líderes da Aliança Democrática com a finalidade de obter consenso na maioria das propostas para a feitura da nova Constituição.

Ulysses Guimarães insistiu na necessidade de uma Carta Magna suscinta: "Quanto mais se aumenta a superfície, maior é o número de atritos". Ele sugeriu que matérias co-

mo estabilidade no emprego, jornada de trabalho e férias em dobro não sejam inseridas na Constituição, continuando na Consolidação das Leis do Trabalho. E admitiu que a reforma agrária é o capítulo mais controvertido da Constituinte.

Aureliano Chaves e Carlos Chiarelli propuseram que houvesse conversa entre o PMDB e o PFL em torno de pontos consensuais, inicialmente: "Seríamos 80% da Constituinte. Depois iríamos conversar com os outros partidos. Temos pressa. Estamos submetidos à ditadura do relógio".

O vice-líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira, informou que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral estava propenso a limitar a futura Constituição a 180, ou, no máximo, 200 artigos, se dele dependesse a decisão. Simultaneamente, seriam votadas leis complementares.

Ulysses Guimarães que insistiu na elaboração de uma Constituição concisa, democrática (para ser duradoura), discordou. "Isso seria manter os atritos."

O senador Marco Maciel sugeriu que se fixasse prazo de seis meses para a complementação da legislação ordinária.

O ministro Aureliano Chaves enfatizou a necessidade de a Aliança Democrática e, em especial, o PMDB, apoiar o Plano Bresser, não por ser Bresser integrante do partido majoritário, mas por que ele precisa chegar ao Exterior fortalecido na negociação da dívida: "Seria o maior desastre, se ele fosse vaiado na convenção".

Ulysses reconheceu as dificuldades que enfrenta no PMDB com relação ao ministro da Fazenda e assegurou: "Ele vem à convenção, mas não fala. Não era possível que os outros ministros viessem e ele não". O vice-líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira, apoiou o ministro das Minas e Energias:

"O que está em jogo não é o governo José Sarney nem o plano de um ministro das fileiras do PMDB e, sim, a capacidade de o poder civil gerir os destinos do País".

Os prefeitos e a reforma tributária

Uma reforma tributária emergencial para salvar as prefeituras, constando do texto da futura Constituição e para entrar em vigor já em 1988, foi reivindicada, ontem, ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), por prefeitos reunidos em Brasília, após o encontro nacional de prefeitos das capitais.

Ficou acertado, durante a reunião, que os prefeitos encaminharão a Bernardo Cabral um documento contendo suas reivindicações e um esboço do que será o plano emergencial para as prefeituras, segundo esclareceram os prefeitos Jarbas Vasconcelos, de Recife, Roberto Saturnino, do Rio de Janeiro e Roberto Requião, de Curitiba.

Para tornar possível a reforma tributária emergencial, as medidas a serem propostas recairão sobre o capítulo das disposições transitórias. Embora ainda não tenha conhecido do teor das propostas dos prefeitos, Bernardo Cabral disse estar disposto a fazer o máximo para aceitá-las por "representarem reivindicações legítimas".

O presidente interino tem dia agitado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O último dia de Ulysses Guimarães na condição de presidente da República foi bastante movimentado. O Palácio do Planalto foi transformado num grande comitê para discutir as questões que serão tratadas na convenção do PMDB e fazer com os políticos de outros partidos seu lobby na Constituinte.

Um grupo de dez mulheres constituintes esteve ontem com o presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, para pedir a instalação imediata de um sistema eletrônico para a votação do anteprojeto da Comissão de Sistematização no plenário da Constituinte. "Se a votação de cada emenda durar mais que cinco minutos, o texto será prejudicado", argumentou a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), lembrando que serão mais de quatro mil emendas e, assim, o documento corre o risco de ser aprovado por aclamação ou outros artifícios.

A agenda do presidente interino incluiu ainda uma rápida audiência a 19 parlamentares evangélicos.

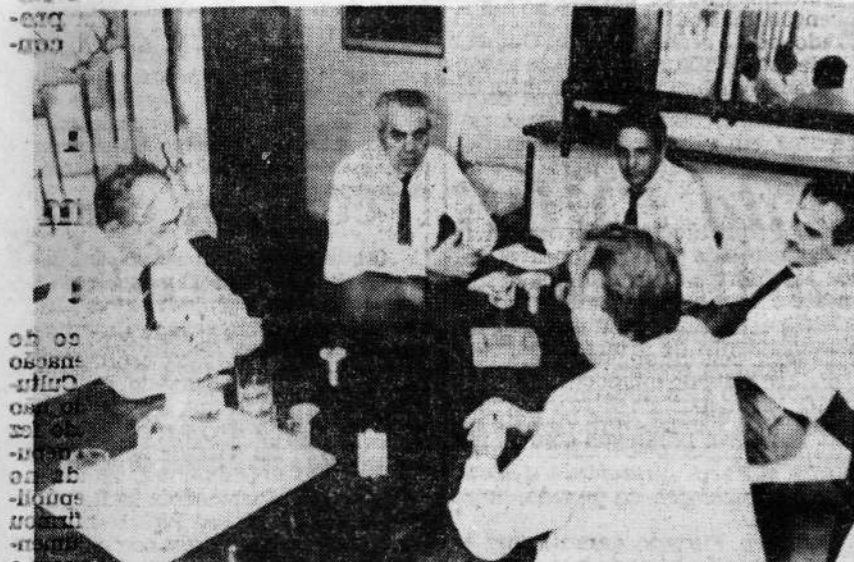
Estudantes põem Exército de prontidão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Exército, pela terceira vez nas duas últimas semanas, entrou ontem novamente de prontidão, visando a garantir o Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes e o prédio do Exército na Esplanada dos Ministérios "contra qualquer perturbação da ordem", em função da manifestação promovida ontem pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), em frente ao Congresso Nacional.

A prontidão, coordenada pelo Comando Militar do Planalto, mobilizou mil homens — 600 aqartelados e 400 nas ruas, sobretudo em torno do Palácio do Planalto e do Ministério do Exército. Além do Exército, a Secretaria de Segurança do Distrito Federal montou esquema com a Polícia Militar, que se constituiu, sobretudo em reforçar o policiamento na rodoviária nas proximidades do Teatro Nacional.

Os quatro mil estudantes secundaristas estão reunidos em Brasília desde anteontem, em congresso nacional.



Líderes do PMDB se reúnem, mas não chegam a acordo

Agora, os líderes vão votar pelos quatro anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Mais uma prova do conflito interno do PMDB: o colégio de líderes do partido na Constituinte decidiu ontem defender a votação do item da pauta da convenção que trata de sistema de governo e duração do mandato, fechando questão pelos quatro anos. Na quinta-feira, o colégio de líderes do PMDB na Câmara decidiu, por unanimidade, optar pelo cancelamento da votação, sob a alegação de que sistema de governo e tempo de mandato devem ser definidos pela Constituinte.

A posição dos líderes do PMDB na Constituinte, que seguem a orientação do senador Mário Covas, foi decidida ontem, em reunião na residência do 1º vice-líder, deputado Euclides Scalco (PR). Na ocasião, o líder Mário Covas, antecipando a linha de seu pronunciamento aos convencionais, no domingo, disse que vai concluir falando contra o cancelamento da votação de questão do mandato, reiterando posição favorável às eleições presidenciais diretas a 15 de novembro de 1988. Anteontem, o líder do PMDB na

Câmara, Luiz Henrique, reuniu os seus vice-líderes para discutir a mesma questão — sistema de governo e duração de mandato devem ou não ser votados pelos convencionais? Por unanimidade, foi aprovada proposta do vice-líder Genebaldo Corrêa (BA), pela não votação, transferindo as decisões à soberania da Constituinte. Se a convenção decidir pela votação, a liderança da Câmara vai defender o voto secreto.

Segundo Luiz Henrique, qualquer decisão seria inócua, tendo em vista as manifestações de numerosos parlamentares.

"Entra um e me diz que votará pelos cinco anos, independentemente de votações da convenção. Entra outro e pergunta como votaria. Diz que vai votar pelos quatro anos. Pergunto: e se a convenção optar pelos cinco anos? E ele me responde: e daí? Voto pelos quatro anos do mesmo jeito. Por tudo isso, acho que não devemos votar os dois assuntos, até para não desmoralizar a decisão da convenção nacional", explicou o líder do PMDB na Câmara dos Deputados.